COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 646, DE 2015

(Apensado: PL nº 3.257/2020)

Altera a Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, que regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento, com o intuito de dispor sobre o assento de nascimento que não tiver a identificação de paternidade.

Autor: Deputado MÁRIO NEGROMONTE

JR.

Relatora: Deputada LAURA CARNEIRO

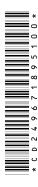
I - RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei mediante o qual se pretende alterar o art. 2° da Lei n° 8.560/1992 para determinar que, nos casos de registro de nascimento sem a paternidade estabelecida, o oficial "remeterá ao juiz e à Defensoria Pública certidão integral do registro e o nome e prenome, profissão, identidade e residência do suposto pai, a fim de ser averiguada, oficiosamente ou não, a procedência da alegação".

Ao justificar a medida, o nobre deputado Mário Negromonte Jr. argumenta que o objetivo da proposta é fazer com que a defensoria pública também seja notificada nos casos de registro de nascimento sem a paternidade estabelecida. Diz que, a partir da notificação, a defensoria poderá realizar a mediação entre a mãe e homem apontado como genitor, procedendo inclusive a realização do exame de DNA de maneira gratuita, o que contribuirá para o reconhecimento da paternidade.

Por tratar de matéria similar, foi apensado à proposta, o Projeto de Lei n° 3257, de 2020, de autoria do deputado Alexandre Frota, que "dispõe





sobre a obrigatoriedade da comunicação de nascimentos sem identificação de paternidade à Defensoria Pública Estadual e ao Ministério Público".

Compete à Comissão o exame do mérito dos projetos de lei. É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Começo o voto fazendo uma breve contextualização da legislação atual sobre a investigação oficiosa de paternidade.

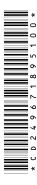
Conforme a Lei n° 8.560, de 1992, quando a mãe vai ao cartório registrar sozinha o filho, ela deve entregar ao oficial do registro civil os dados que tiver sobre o suposto pai para que seja instaurado um procedimento administrativo perante o juiz da Vara de Registros Públicos.

Recebida pelo magistrado a notificação enviada pelo oficial do cartório, o Juiz ouvirá a mãe sempre que possível e mandará notificar o homem apontado como pai. Se ele confirmar expressamente a paternidade, será lavrado termo de reconhecimento e enviado ao cartório de registro civil para a devida averbação. Se o pai não atender a notificação ou negar a paternidade, o juiz encaminhará os autos ao Ministério Público para que ajuíze a devida ação de investigação de paternidade.

Eis a atual redação do art. 2°, *caput* e §§ 1° a 4°, da Lei n° 8.560/92:

- Art. 2° Em registro de nascimento de menor apenas com a maternidade estabelecida, o oficial remeterá ao juiz certidão integral do registro e o nome e prenome, profissão, identidade e residência do suposto pai, a fim de ser averiguada oficiosamente a procedência da alegação.
- § 1° O juiz, sempre que possível, ouvirá a mãe sobre a paternidade alegada e mandará, em qualquer caso, notificar o suposto pai, independente de seu estado civil, para que se manifeste sobre a paternidade que lhe é atribuída.
- § 2° O juiz, quando entender necessário, determinará que a diligência seja realizada em segredo de justiça.





- § 3° No caso do suposto pai confirmar expressamente a paternidade, será lavrado termo de reconhecimento e remetida certidão ao oficial do registro, para a devida averbação.
- § 4° Se o suposto pai não atender no prazo de trinta dias, a notificação judicial, ou negar a alegada paternidade, o juiz remeterá os autos ao representante do Ministério Público para que intente, havendo elementos suficientes, a ação de investigação de paternidade.

Ainda para contextualizar a situação atual, é importante trazer ao conhecimento dos nobres parlamentares o Provimento n° 12, de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, que regulamentou a Lei n° 8.560/92. O provimento inclui a defensoria como entidade a ser notificada para avaliar o possível ajuizamento da ação de investigação de paternidade, ao final do procedimento administrativo. Especificamente os arts. 7° e 8° deste provimento assim dispõem:

Artigo 7º Caso não haja reconhecimento incondicionado, mas seja possível o reconhecimento consensual após a realização de exame de DNA admitido pelos envolvidos, o juízo tomará as providências necessárias para a realização do exame, designando nova audiência quando necessário.

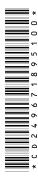
Artigo 8º Caso o suposto pai não atenda à notificação judicial, ou negue a paternidade que lhe é atribuída, o Juiz, a pedido da mãe ou do interessado capaz, remeterá o expediente para o representante do Ministério Público, ou da Defensoria Pública ou para serviço de assistência judiciária, a fim de que seja proposta ação de investigação de paternidade caso os elementos disponíveis sejam suficientes.

Parágrafo único: A iniciativa conferida ao Ministério Público não impede a quem tenha legítimo interesse de intentar a investigação, visando obter o pretendido reconhecimento da paternidade.

A proposta principal altera a redação do *caput* do art. 2° da Lei n° 8.560/92 para estabelecer que, nos casos de registro de nascimento sem a paternidade estabelecida, o oficial de registro civil, além de enviar ofício ao juiz, deverá também notificar a defensoria pública.

Apesar da nobre inciativa, o projeto, da forma como apresentado, irá acabar por criar uma duplicidade de procedimentos administrativos: um a correr perante o magistrado da Vara de Registros





Públicos e outro a ser realizado pela Defensoria Pública. A lei atual, juntamente com a regulação editada pelo CNJ, já prevê um procedimento administrativo realizado perante o magistrado, no qual a genitora e o suposto pai são chamados, sendo possível neste procedimento a realização de mediação e exame de DNA, caso o suposto pai aceite fazê-lo. É exatamente o que, segundo a proposta principal, deverá também ocorrer perante a defensoria pública.

Serão então a genitora e o suposto pai chamados perante dois órgãos públicos distintos, precisando se submeter a dois procedimentos administrativos? Precisarão fazer a mediação em dois lugares diferentes ou se submeter a dois exames de DNA? A defensoria terá uma estrutura melhor para fazer os atendimentos do que a Vara de Registros Públicos?

Por acreditar na desnecessidade de dois procedimentos administrativos sobrepostos, sugiro o aprimoramento do projeto de lei principal para que a defensoria pública venha a ser também notificada ao final do procedimento realizado perante a Vara de Registros Públicos, quando, a partir da notificação, poderá representar a genitora e propor a devida ação de investigação de paternidade.

Evita-se assim a duplicidade de procedimentos administrativos sem deixar de reconhecer a importância da Defensoria na representação judicial das pessoas em estado de vulnerabilidade. Quanto ao PL n° 3257/2020, creio meritória a iniciativa de informar desde logo a genitora sobre a possibilidade de ajuizar a ação de investigação de paternidade.

Ante o quadro, meu voto é pela aprovação dos Projetos de Lei n° 646, de 2015, e 3.257, de 2020, na forma do substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em 11 de Abril de 2024.

Deputada Federal LAURA CARNEIRO Relatora

2024-2871





COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

SUBSTITUTIVO AOS PROJETOS DE LEI N° 646, DE 2015. (PL N° 3.257, DE 2020).

Altera o art. 2° da Lei nº 8.560, de 1992, que regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1ºEsta lei altera o art. 2º da Lei nº 8.560, de 1992, que regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento, com o intuito de dispor sobre o assento de nascimento que não tiver a identificação de paternidade.

Art. 2° O art. 2° da Lei nº 8.560, de 1992, passa a vigorar com as seguintes alterações:

'Art.	2°	 	 	 	 	 	

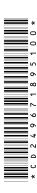
§ 4° Se o suposto pai não atender no prazo de trinta dias, a notificação judicial, ou negar a alegada paternidade, o juiz remeterá os autos ao representante do Ministério Público ou da Defensoria Pública para que intente, havendo elementos suficientes, a ação de investigação de paternidade.

.....

 \S 7° O oficial desde logo informará a genitora sobre a possibilidade de propor a ação de investigação de paternidade. (NR)

Art. 3° Esta lei entra em vigor na data da publicação.





Sala da Comissão, em 11 de abril de 2024.

Deputada Federal LAURA CARNEIRO Relatora

2024-2871

